



**Contribuições à minuta de Portaria Normativa
contendo as normas e procedimentos
complementares relativos à cessão de uso
onerosa para exploração de central geradora
de energia elétrica offshore no regime de
produção independente de energia ou de
autoprodução de energia**

Consulta Pública MME 134/2022

Contribuição Shell à minuta de Portaria Normativa contendo as normas e procedimentos complementares relativos à cessão de uso onerosa para exploração de central geradora de energia elétrica offshore no regime de produção independente de energia ou de autoprodução de energia, de que trata o Decreto nº 10.946, de 25 de janeiro de 2022.

A Shell Brasil Petróleo Ltda. ("Shell") considera de suma importância a ampla discussão com os agentes sobre a proposta de regulamentação do Decreto 10.946/2022, que dispõe sobre a cessão de uso para o aproveitamento dos recursos naturais em águas de domínio da União para a geração de energia elétrica a partir de empreendimento offshore.

A fonte eólica *offshore* vem apresentando importante crescimento no mundo, com expectativas de que até 2030 pelo menos 24 países tenham parques *offshore* de grande escala, atraindo investimentos da ordem de US\$ 1 trilhão¹.

Nesse contexto, o Brasil apresenta grande potencial para o desenvolvimento dessa indústria, em sinergia com outros setores estratégicos, como o de hidrogênio e amônia renováveis. Da mesma forma que ocorreu com a fonte eólica *onshore*, espera-se que a indústria de eólicas *offshore* cresça exponencialmente na próxima década, mas para isso, é importante garantir desde já um arcabouço regulatório que traga a segurança necessária para o início desses investimentos no país e possibilite ao Brasil se tornar um relevante exportador de energia verde no futuro.

Com mais de 50 anos de experiência no segmento de energia *offshore* no mundo, 20 anos de atuação em energia eólica e vasto conhecimento do mercado brasileiro, a partir da experiência de mais de 109 anos de negócios no Brasil em diversos setores, a Shell pretende investir também no segmento de eólicas *offshore* no país.

Nesse contexto, a Shell Brasil gostaria de parabenizar o Ministério de Minas e Energia (MME) pela proposta de minuta de Portaria Normativa sobre as normas e procedimentos complementares relativos à cessão de uso onerosa para exploração de central geradora de energia elétrica offshore, que endereça o principal gargalo para possibilitar a cessão de áreas e início dos estudos em eólica *offshore* no Brasil e, em linhas gerais, está bastante alinhada aos anseios do mercado.

Visando contribuir com a regulamentação do tema e buscando o aprimoramento do texto sugerido, a Shell Brasil apresenta algumas sugestões, destacadas a seguir e também endereçadas através da planilha apresentada como modelo pelo MME. São elas:

1. Tratamento da cessão gratuita para projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P,D&I)

Proposta de inclusão de normas e procedimentos complementares relativas à cessão gratuita de áreas para desenvolvimento de projetos de PD, &I. A intenção é regulamentar esse tipo de cessão de forma mais simplificada e trazer agilidade ao desenvolvimento desse tipo de projeto para proporcionar, o quanto antes, um entendimento mais amplo sobre o potencial brasileiro, endereçar desafios tecnológicos do desenvolvimento de projetos, estudar maneiras

¹ **Análise da Consultoria Wood Mackenzie** disponível no link: <https://www.woodmac.com/press-releases/look-beyond-bid-price-and-lease-fees-to-win-in-trillion-dollar-offshore-wind-sector/#:~:text=By%202030%2C%20Wood%20Mackenzie%20expects,from%2034%20GW%20in%202020>.

de escoar a energia gerada, avaliar potenciais impactos ambientais, etc. Como as áreas cedidas para o desenvolvimento desses projetos serão pequenas e não será necessária exclusividade, a proposta seria um processo mais simples para a cessão, mas que também imponha limitações de área, tempo, capacidade, etc. de forma que não se caracterizem como projetos comerciais.

2. Qualificação dos empreendedores para garantir capacidade de desenvolvimento dos projetos propostos

Apoio ao estabelecimento de regras de qualificação prévia dos empreendedores, com avaliação da estrutura corporativa, experiência no desenvolvimento de projetos de energia eólica, investimentos já realizados no Brasil e no exterior já na ocasião da solicitação de áreas no processo de cessão independente e também para participação dos leilões de cessão.

3. Licitação pública com critérios de seleção de projetos baseados em métricas claras e objetivas

Critério de julgamento deve ser focado apenas no maior retorno econômico (maior valor oferecido pela área), sendo assim uma métrica objetiva, fornecendo mais segurança ao processo e evitando o risco de judicializações.

De fato, é interessante e importante a apresentação de planos para fomentar os impactos positivos do projeto, como de capacitação de mão de obra, desenvolvimento da cadeia de fornecimento, impacto ambiental, desenvolvimento de infraestrutura local etc. Contudo, a proposta consiste em que esses quesitos façam parte da qualificação inicial ou mesmo dos editais, retirando, assim, esses itens dos critérios de julgamento do leilão.

4. Aprimoramentos no processo de cessão independente:

Para aprimorar o comprometimento no desenvolvimento dos projetos, a Shell Brasil acredita que o aporte de garantias pode ser aprimorado. Deve-se estabelecer claramente o propósito da apresentação de garantias na ocasião do pedido de cessão independente e garantir que elas sejam executáveis. Além disso, poder-se-ia considerar o aporte de capital como um depósito para garantir a intenção de participar do leilão futuro da área solicitada, que ficaria retido em uma conta pré-determinada.

Importante mencionar que a garantia seria integralmente devolvida ao empreendedor nos seguintes casos:

- (i) a área ofertada em leilão seja diferente da solicitada pelo agente; ou
- (ii) o agente não ganhe a área no leilão.

Os detalhes podem ser definidos em regulamentação posterior, mas o cerne da proposta é garantir o compromisso no momento da nomeação das áreas.

Para facilitar a análise dos projetos pelo MME, a Shell Brasil propõe o estabelecimento de "temporadas de acesso" para apresentação de interesse dos polígonos, que seriam pré-determinadas – por ex., a cada trimestre.

A seguir a Shell Brasil apresenta suas considerações na minuta de Portaria Normativa.

Proposta de Alteração da Minuta de Portaria Normativa

Cap.	Art.	TEXTO ORIGINAL	TEXTO PROPOSTO	JUSTIFICATIVA
N/A	Art. 1º	Art. 1º Estabelecer as normas e procedimentos complementares relativos à cessão de uso onerosa para exploração de central geradora de energia elétrica offshore no regime de produção independente de energia ou de autoprodução de energia, de que trata o art. 5º, inciso I do Decreto nº 10.946, 25 de janeiro de 2022.	Art. 1º Estabelecer as normas e procedimentos complementares relativos à cessão de uso Onerosa, para exploração de central geradora de energia elétrica offshore no regime de produção independente de energia ou de autoprodução de energia <u>e à cessão de uso gratuita</u> , para a realização de atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação relacionados à geração de energia elétrica offshore de que trata o art. 5º, incisos I e II do Decreto nº 10.946, 25 de janeiro de 2022.	Dada a importância do desenvolvimento de projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P,D&I) para aumentar o conhecimento dos setores público e privado sobre o potencial de geração offshore brasileiro, bem como para aprimorar tecnologias, reduzir custos e viabilizar investimentos de longo prazo, a Shell sugere que já seja incluída na referida Portaria a regulamentação para a cessão de áreas para projetos de P,D&I, conforme disposto no Decreto 10.946/22.
N/A	Art. 1º	§ 2º As normas e procedimentos complementares relativos à cessão de uso gratuito para a realização de atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico relacionados à geração de energia elétrica offshore, de que trata o art. 5º, inciso II, do Decreto nº 10.946, de 2022, serão disciplinados em Portaria específica do Ministério de Minas e Energia.	Exclusão de todo o § 2º do Art. 1º.	Considerando a inclusão do tratamento da cessão gratuita, não será necessária a publicação de Portaria específica.
I	Art. 2º	Proposta de inclusão de texto	Art. 2º Para fins dessa Portaria, devem ser consideradas as seguintes definições e termos técnicos relativos às atividades de geração de energia elétrica offshore: XX – Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P,D&I): projetos, sem fins lucrativos, que devem comprovar originalidade, aplicabilidade,	Considerando a inclusão do tratamento da cessão gratuita, se faz necessário a definição de projetos de pesquisa e desenvolvimento

			relevância e viabilidade econômica de produtos e serviços, nos processos e usos finais de energia.	
		Proposta de inclusão de texto	<p>CAPÍTULO III - DA CESSÃO DE USO GRATUITA</p> <p>Art. XX: Fica delegado ao MME, conforme Art. 1, a competência de:</p> <p>I – Ceder o uso gratuito de áreas destinadas ao desenvolvimento de projetos de P,D&I;</p> <p>II – Realizar validação técnica do enquadramento do projeto proposto como de fato sendo P,D&I junto às agências reguladoras (ANP e ANEEL), nos quesitos novidade científica, desenvolvimento tecnológico, desenvolvimento da cadeia de fornecedores e demonstração tecnológica. III – Realizar consulta à SPU, Ibama, Marinha e Aeronáutica sobre a disponibilidade da área e interferência do projeto em outras atividades;</p> <p>IV - Verificar eventuais sobreposições entre prismas selecionados para o desenvolvimento de projetos de P,D&I.</p> <p>Art. XX: Não haverá exclusividade de cessão para as áreas dos projetos de P,D&I:</p> <p>§ 1º Caso a área afetada pelo projeto de P,D&I faça parte de área concedida para o desenvolvimento de projeto comercial de geração renovável, o cessionário deverá conviver com a infraestrutura do projeto de P,D&I enquanto este durar.</p> <p>§ 2º Após o término do projeto de P,D&I o cessionário da área para desenvolvimento do projeto</p>	<p>Dada a importância do desenvolvimento de projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P,D&I) para aumentar o conhecimento dos setores público e privado sobre o potencial de geração offshore brasileiro, bem como para aprimorar tecnologias, reduzir custos e viabilizar investimentos de longo prazo, a Shell sugere que já seja incluída na referida Portaria a regulamentação para a cessão de áreas para projetos de P,D&I, conforme disposto no Decreto 10.946/22.</p>

			comercial poderá herdar toda a infraestrutura existente.	
II	Art. 13	Inclusão de novo artigo	Art. 13 - As Solicitações de Cessão de Uso poderão ser apresentadas pelos agentes interessados individualmente, ou na forma de consórcio.	Para maior segurança jurídica, importante inserir na Portaria a possibilidade de formação de consórcios para o desenvolvimento de projetos de geração offshore.
IV	Art. 16	Proposta de inclusão de novo parágrafo	§ 1º Caberá a ANEEL estabelecer períodos para solicitação de cessão de uso de áreas, sendo periodicidade mínima de 4 vezes ao ano;	Determinação de “janelas” pré determinadas para apresentação dos pedidos de cessão independente, visando facilitar a análise pela ANEEL, bem como mitigar comportamentos especulativos.
IV	Art. 16	V - a existência ou o planejamento da infraestrutura da rede de transmissão adequada para atender ao escoamento do potencial energético, a partir de Nota Informativa emitida pela EPE, quando aplicável ao projeto;	V - a existência ou o planejamento da infraestrutura da rede de transmissão adequada para atender ao escoamento do potencial energético, a partir de Nota Informativa emitida pela EPE, quando aplicável ao projeto;	A existência ou planejamento de infraestrutura de transmissão não depende de iniciativa do empreendedor. Por outro lado, deve existir um planejamento pela EPE para garantir o escoamento da energia, compatibilizando o cronograma dos projetos à expansão das linhas de transmissão
IV	Art. 16	Proposta de inserção de parágrafo	XII - As credenciais técnicas, econômicas e financeiras para comprovação da capacidade de desenvolvimento do projeto.	Importante incluir a avaliação econômica e financeira do empreendedor no momento de nomeação/solicitação da área no processo de cessão independente.
IV	Art. 16	§ 5º O agente interessado deverá aportar garantia no valor a ser definido pela Aneel, no ato da solicitação de que trata o caput.	§ 5º O agente interessado deverá aportar garantia financeira executável ou depósito no valor a ser definido pela Aneel, no ato da solicitação de que trata o caput, vinculada a sua participação no futuro leilão da área solicitada. I - Caso a área oferecida em leilão seja diferente da área solicitada pelo agente interessado, fica	Para mitigar a questão das sobreposições de áreas, evitar projetos especulativos, garantir a seriedade dos pedidos e selecionar empreendedores comprometidos e com capacidade de implementar o projeto, se faz necessário o aporte de garantias já no momento de nomeação das áreas.

			<p>desobrigada sua participação no leilão e sua garantia financeira não será executada e/ou seu depósito será integralmente devolvido.</p> <p>II – A garantia financeira não será executada e/ou o depósito será devolvido caso o agente interessado não seja o vencedor do leilão.</p> <p>III – A ANEEL deverá colocar a área solicitada em leilão em até 180 dias após a obtenção das DIPs.</p> <p>Caso isto não ocorra neste período, fica desobrigada a participação do agente interessado no leilão e a garantia financeira não será executada e/ou o depósito será devolvido.</p>	<p>Caso a área oferecida em leilão seja diferente da solicitada ou o empreendedor não se consagre vencedor do certame, a garantia não será executada.</p>
VI	26º	<p>3º O critério de julgamento de maior retorno econômico deverá incluir aspectos que valorem objetivamente os impactos positivos do empreendimento proposto nos principais setores envolvidos na cadeia, na geração de emprego e renda, ambientais e sociais, bem como dos valores ofertados pelo uso da área</p>	<p>3º O critério de julgamento será de maior retorno econômico deverá incluir aspectos que valorem objetivamente os impactos positivos do empreendimento proposto nos principais setores envolvidos na cadeia, na geração de emprego e renda, ambientais e sociais, bem como dos valores ofertados pelo uso da área</p>	<p>Em prol da segurança jurídica e transparência, necessário o estabelecimento de critérios objetivos, sendo assim, considerar apenas maior retorno econômico (maior valor oferecido pela área).</p> <p>Aspectos positivos dos empreendimentos podem ser tratados como parte dos editais. Para habilitação no leilão, pode-se estabelecer a obrigatoriedade de apresentação de planos para fomentar a capacitação de mão de obra, desenvolvimento da cadeia de fornecimento, impacto ambiental, desenvolvimento de infraestrutura local etc. – retirando, assim, esses itens dos critérios de julgamento do leilão.</p>

